

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Célia Maria Barrozo Premebida

Resumo: Este trabalho é fruto das contradições em relação à avaliação do desempenho dos alunos, observadas no interior de uma escola pública localizada no Estado do Paraná. O estudo centrou-se no número excessivo de alunos aprovados por Conselho de Classe nos últimos cinco anos, índice de reprovações e desistências, além da distorção idade-série, nas séries finais do ensino fundamental. Observando-se o cotidiano escolar, percebeu-se que a avaliação da aprendizagem acontecia após certo período de aulas e atividades. Os professores formulavam provas ou outros instrumentos de avaliação para serem realizados pelos alunos, a fim de que estes pudessem expressar o nível de compreensão dos conteúdos ensinados. O reconhecimento da importância da avaliação e de seu propósito de auxiliar os docentes a entenderem melhor o que os alunos sabem a fim de tomarem decisões significativas sobre o processo de ensino e aprendizagem e, a compreensão de que a avaliação integra esse processo, fazem com que o debate sobre este tema nunca se esgote. É fundamental que os professores conheçam os instrumentos de avaliação escolar e as práticas de ensino a serem utilizadas para avaliar os alunos da educação básica, através do envolvimento dos docentes e equipe pedagógica em leituras e debates sobre quais são os instrumentos mais eficazes na avaliação dos alunos e também investir na proposição de mecanismos para a utilização de instrumentos de avaliação diversificados capazes de garantir que o processo avaliativo aconteça em benefício do aluno.

Palavras-chave: Avaliação; Educacional; Intervenções Pedagógicas.

Introdução

O presente artigo, ainda que não tenha pretensão de esgotar a discussão, tem por objetivo trazer ao debate questões relacionadas à avaliação da aprendizagem escolar na educação básica e à proposição de intervenções pedagógicas capazes de contribuir para a melhoria qualitativa do ensino na escola pública. Nas últimas décadas, a educação em nosso país apresentou efetiva melhoria, permeada pela diminuição da taxa de analfabetismo, crescimento da escolaridade média da população e aumento de matrículas na educação básica e nos cursos de graduação. Os avanços constatados,

contudo, não eximem o país de investimentos na melhoria da qualidade da educação em todos os níveis de ensino, uma vez que há, ainda, inúmeros e significativos desafios a serem enfrentados e vencidos.

As significativas transformações econômicas, científico-tecnológicas, sociais, culturais e políticas processadas no mundo contemporâneo, têm influenciado a organização da sociedade que, concretamente, reflete, em todos os processos educacionais, novas questões e rearranjos institucionais para a escola se adaptar a estas transformações. Ao longo dos anos, a organização da educação mediada por essas relações causou reflexos em diferentes contextos históricos, formas de desenvolvimento, gestão administrativa e sistemas de avaliação educacional. A escola ora analisada, não está garantindo a aprendizagem efetiva dos alunos, já que uma pesquisa sobre o rendimento escolar nos últimos cinco anos revelou desempenho insatisfatório por parte dos alunos, apontando também equívocos em relação ao processo avaliativo da aprendizagem.

A relevância da avaliação da aprendizagem refere-se ao fato de que esta não pode constituir-se apenas como forma de verificar o que o aluno aprendeu e sua capacidade de utilizar os conhecimentos adquiridos em novos contextos, mas sim como parâmetro para avaliar a atuação do próprio docente, uma vez que a escola é a instituição social que tem como responsabilidade a democratização dos conhecimentos produzidos historicamente. Romão (2008, p. 19) enfatiza que “as matrizes, os modelos e os novos paradigmas têm se desenvolvido mais nos processos de avaliação institucional — desempenho de sistemas e subsistemas — e têm evoluído menos quando se trata de oferecer subsídios à avaliação do aluno na sala de aula”. Ainda segundo Romão (*ibidem*), inúmeros fatores negativos referentes ao rendimento escolar apresentados pelos alunos podem ser encontrados no interior da escola, como por exemplo, procedimentos que conduzem a uma avaliação excludente que levam ao fracasso escolar, de forma a elevar os índices já altos de evasão escolar e repetência.

Ao discutir a temática concernente à avaliação da aprendizagem na educação básica, o que este trabalho pretende é realizar a recuperação do sentido político do debate do ato educativo. O tema estará vinculado a uma sólida teoria crítica da educação, lembrando que por ser complexo, o processo

avaliativo não pode submeter-se a modelos e receitas prontas, mas deve partir de discussões e reflexões coletivas, para ser possível investir em um ato pedagógico mais democrático, buscando uma avaliação justa.

É fundamental pensar um sistema de avaliação que contemple o multiculturalismo e a diversidade dos alunos que freqüentam a rede pública de ensino, bem como universalizar não apenas o acesso, mas, principalmente, o sucesso, a continuidade e conclusão da escolaridade a todos, sem exceção.

É importante citar Maria Helena Castro no que se refere ao ponto de vista quantitativo, já que, nesse aspecto, houve expansão, se forem considerados os padrões internacionais. Porém, em relação aos aspectos qualitativos e de equidade, o sistema nacional de educação apresenta deficiências que precisam ser corrigidas com políticas públicas focalizadas. Segundo Castro (1998, p. 9),

O Brasil tem hoje algo em torno de 51 milhões de estudantes, considerando-se todos os níveis e modalidades da educação básica. Se somarmos as matrículas do ensino superior e da pós-graduação, este contingente ultrapassa 53 milhões de estudantes, o que corresponde a cerca de um terço do total da população. Em três décadas, o sistema educacional brasileiro mais do que triplicou seu tamanho. Trata-se, portanto, de um sistema de massa, exigindo vultosos investimentos do setor público, que responde por 89,3% das matrículas do ensino fundamental, 80,2% do ensino médio e 38,35% do ensino superior (Tabela 8 e Gráfico1). É no ensino fundamental, por razões óbvias, que se concentra o maior número de alunos, muito embora sua participação relativa venha diminuindo em relação ao total de matrículas.

Quando observamos o cotidiano escolar, torna-se praticamente impossível compreender sua real tarefa e essa falta de clareza sobre a verdadeira missão da escola conduz a resultados equivocados tanto do ponto de vista da definição de prioridades quanto em relação aos resultados obtidos através das avaliações. Torna-se imperativo entender como a própria instituição pode melhorar seu desempenho, oferecer uma educação mais efetiva e com foco na aprendizagem dos alunos, tendo por base fatores intra e extra escolares. Segundo Oliveira e Schwartzman (2003), determinadas

escolas, embora compartilhem de idênticos rituais e mitos, organizam-se de forma a estabelecer um espaço de atuação diferenciado e, com esse procedimento, alcançam metas e resultados mais eficazes em relação a um ensino de qualidade superior. A criação de um espaço educativo diferenciado comumente ocorre nas escolas particulares, constituindo exceção em escolas mantidas pelo poder público. Assim, torna-se necessário questionar quais fatores internos ou externos interferem na qualidade ou não do ensino de certas escolas, fazendo com que algumas alcancem sucesso e outras não.

As crenças podem influenciar as práticas pedagógicas? Em relação ao processo de avaliação da aprendizagem escolar, várias práticas são consideradas normais pelos docentes e pelos gestores das instituições educacionais, como por exemplo, aprovar alunos sem que estes possuam conhecimentos que lhes garantam o prosseguimento dos estudos, delegar aos integrantes do Conselho de Classe Final a responsabilidade pela aprovação ou não de grande parte dos alunos, pouco importando se os alunos estão aprendendo pouco ou nada. Onde está o comprometimento docente?

De que forma pode-se proceder à avaliação dos alunos, de forma justa e objetiva, para que as informações advindas dessa avaliação possam ser utilizadas em intervenções pedagógicas para recuperar em tempo os alunos, reavaliar os programas de ensino e evitar a evasão escolar e a repetência? Na prática, as avaliações são realizadas com base em critérios definidos aleatoriamente e os instrumentos utilizados são desconectados e destituídos de parâmetros claros a respeito do que é importante avaliar e como os resultados da avaliação devem ser utilizados.

Segundo Oliveira e Schwartzman (2003, p. 110) “olhando de dentro, as escolas se parecem muito com as outras. Organizam-se de forma parecida, seguem calendários semelhantes, compartilham crenças, adotam vocabulários parecidos, usam as mesmas práticas. Mas trata-se efetivamente de semelhanças, ou apenas de aparência de semelhanças?” Com efeito, as escolas públicas, de maneira geral, atuam com base em normas pré-determinadas vinculadas a recursos financeiros que recebem periodicamente, orientações emanadas dos órgãos governamentais responsáveis pela educação, projetos que são desenvolvidos, supostamente, para contribuir com a aprendizagem dos alunos e as exigências das demandas. O ideal é que

todas as ações efetivadas na instituição educacional, interviessem no processo pedagógico e também nos resultados da avaliação dos alunos.

Vale lembrar, no entanto, que nos últimos anos houve grandes transformações no ambiente escolar e também na profissão docente. No espaço escolar é que podem ser percebidas as conseqüências das mudanças que permeiam o contexto social. É possível observar, no interior da instituição escolar, alunos com comportamentos mais difíceis, mais agressivos e cada vez menos interessados na própria aprendizagem. Os professores, por sua vez, enfrentam diariamente desafios e conflitos ligados à indisciplina escolar, falta de interesse dos alunos e, o próprio despreparo do professor em relação ao desenvolvimento de sua atividade profissional em um contexto mais difícil. Esses fatores interferem na avaliação da aprendizagem escolar, criando dificuldades de caráter didático e pedagógico, impedindo que o docente utilize os resultados avaliativos na proposição de encaminhamentos pedagógicos mais eficazes.

Oliveira e Schwartzman (2003, p. 130) declaram que “a escola vista por dentro só faz sentido quando ela é avaliada em perspectiva, por fora e de dentro para fora. Só saindo de dentro da perspectiva interna torna-se possível compreender a teia de regras, circunstâncias e relações externas que condicionam o que ocorre dentro das escolas e que criam o espaço que permite que elas se diferenciem do meio ambiente”. Assim, faz-se necessário que gestores, docentes e os demais membros da comunidade escolar passem a ter um novo olhar para as dificuldades que a escola atravessa hoje e detenham-se para analisar com maior rigor as práticas avaliativas, bem como os motivos que conduzem às conseqüências desastrosas que permeiam o interior das instituições escolares, levando a falhas, reprovações, atrasos, aprovações em larga escala pelo Conselho de Classe Final, evasão, dentre outros problemas que diariamente são detectados nas escolas.

Assim, é possível perceber que a avaliação não apresenta uma finalidade em si, e só poderá ter sentido quando efetivamente vincular-se ao projeto pedagógico da instituição. Segundo Luckesi (2003, p. 85), “a avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo. Por isso, não pode ser estudada, definida e delineada sem um projeto que a articule”. Vale lembrar

que, o trabalho educativo desenvolvido na escola, deveria priorizar o desenvolvimento dos alunos, sejam eles crianças, jovens ou adultos, com base no processo de apreensão do conhecimento produzido pela sociedade ao longo dos anos e mediatizado pelos docentes. E que a avaliação, enquanto processo, deveria servir de base para serem tomadas decisões capazes de beneficiarem os alunos e possibilitarem intervenções pedagógicas significativas e eficazes, para melhoria da aprendizagem.

Durante a implementação do presente projeto, os docentes, gestores e pedagogos envolvidos participaram ativamente dos trabalhos propostos e foi possível perceber a preocupação destes com as questões referentes ao estabelecimento de critérios e instrumentos de avaliação, notadamente de uma avaliação mais democrática e justa. Os resultados das avaliações também foram analisados a fim de que os participantes percebessem a importância de utilizarmos os resultados advindos das avaliações efetuadas para a proposição de intervenções pedagógicas. No decorrer dos cursos e palestras que caracterizaram a implementação, os docentes tiveram a oportunidade de analisar instrumentos avaliativos que eles próprios utilizavam em seu cotidiano escolar e readequar provas e outros instrumentais de avaliação baseando-se em gráficos que expressavam o rendimento dos últimos cinco anos, leituras propostas durante o curso de capacitação e nos debates. Puderam também, ao abordar a prática da aferição do aproveitamento escolar, discutir os conceitos dos termos verificação e avaliação.

No decorrer dos estudos, através de um trabalho coletivo, os participantes perceberam que os professores, em geral, utilizam o resultado das avaliações somente em duas ocasiões: registrando nos Livros de Chamada e reaplicando a mesma prova ou trabalho de pesquisa, como uma segunda oportunidade aos alunos que obtiveram uma nota aquém do esperado, permitindo que estes possam melhorar suas notas. Já observar os desvios ou dificuldades de aprendizagem dos alunos e realizar novas abordagens de conteúdo para que os mesmos possam aprender efetivamente, isto quase não acontece na prática diária docente.

Tem-se a impressão de que os professores encontram-se preocupados apenas com a aprovação ou reprovação dos alunos. Após a avaliação, o educando é chamado pelo professor para estudar os conteúdos que ainda não

apreendeu, caso apresente uma situação inferior de aprendizagem, expressa em nota baixa, não para obter uma aprendizagem com significado e sim para melhorar a nota. Os conteúdos não são sempre revistos e, quando o são, não necessariamente para que o aluno aprofunde seus conhecimentos, mas para ser classificado e aprovado para a série seguinte. Trata-se de uma visão equivocada do que realmente seja a aprendizagem e da sua importância na construção da cidadania e do aluno enquanto sujeito transformador de seu contexto social.

Ao realizar uma avaliação criteriosa, é possível ao professor a compreensão dos avanços, e das dificuldades que seus alunos apresentam no decorrer do ato educacional. Tal procedimento envolve aspectos relacionados aos objetivos selecionados e ao que se espera do aluno após um determinado período de aulas, tornando a avaliação um processo dinâmico, capaz de oferecer subsídios que possam redirecionar e reencaminhar as ações desejadas.

Luckesi (*apud* ROMÃO, 2008, p. 93) contribui com a discussão sobre a temática da avaliação da aprendizagem escolar, afirmando que, "a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que 'congela' o objeto: a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação". Percebe-se, portanto, que a instituição educacional de nosso país costuma utilizar a prática da verificação e não a avaliação enquanto um ato que integra o processo de aprendizagem.

Encaminhamentos

A prática observada no cotidiano escolar aponta para a verificação da aprendizagem, sem considerar que, o fato de não ser efetuada a avaliação dos educando e, tendo como objetivo primordial, a proposição de medidas que possam ir de encontro ao desenvolvimento do aluno e seu aprendizado. Compete aos docentes, no decorrer do processo avaliativo, realizar uma síntese dos aspectos cognitivos dos alunos a fim de configurar a aprendizagem tendo por base padrões previamente estabelecidos e, partindo dessa

qualificação, estruturar normas de conduta de alunos e professores a serem seguidas, com vistas à

Reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e caso o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do educando; o encaminhamento dos educandos para passos subseqüentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível satisfatório no que estava sendo trabalhado (LUCKESI *apud* ROMÃO, 2008, p. 95).

O desafio, então, é fazer da avaliação um instrumento para acompanhar o trajeto e aquisições do aluno e de descobrir as dificuldades de aprendizagem que o mesmo apresenta e suas resistências em relação à aquisição de conhecimentos e assim redirecionar a aprendizagem, buscando o desenvolvimento do aluno. Mas, na maioria das vezes, os professores avaliam para cumprir fins de controle expressos no projeto pedagógico e também para informar os pais. Um professor não pode avaliar apenas superficialmente, mascarando os reais desafios, pois assim estará apenas despendendo tempo e energia, julgando que por traduzir em notas os resultados das avaliações, tudo ficará bem e o aluno, em virtude das notas obtidas, mesmo com um padrão mínimo de conhecimentos em cada disciplina será promovido, sem considerar o seu desenvolvimento e o significado da aprendizagem para sua vida.

A avaliação da aprendizagem escolar adquire especial relevância justamente porque não pode constituir-se unicamente em uma forma de verificar apenas o que o aluno aprendeu, mas deve servir como parâmetro para alicerçar a atuação do próprio professor. Sob essa ótica, devem ser abolidas avaliações coercitivas por parte dos docentes uma vez que estas podem refletir um exercício arbitrário de poder. A avaliação, se utilizada como mecanismo para impor disciplina em sala de aula, pode anular individualidades e impor a visão de mundo daquele que pretensamente é o detentor do conhecimento científico.

Os critérios de avaliação escolar devem ser definidos coletivamente e incluídos no Projeto Político Pedagógico da escola, amparados pelo Regimento Escolar. Nas atuais práticas avaliativas, os instrumentos de avaliação são vias

para perceber os conteúdos que não foram apreendidos e que deverão ser retomados durante o processo da recuperação de estudos, sendo que um exemplo concreto a ser mencionado é a forma como o trabalho pedagógico pode ser efetivado junto aos docentes com a finalidade de avançar nessas práticas avaliativas desvinculadas do conhecimento. O Conselho de Classe, importante momento coletivo e específico para a discussão do processo de ensino e aprendizagem, deve ser utilizado para a proposição de encaminhamentos necessários à recuperação de conhecimentos não apropriados pelos alunos e também para serem analisados os rendimentos de todas as turmas em relação à aquisição ou não de novos conhecimentos, problemas apresentados pelos alunos como questões ligadas à indisciplina, notas abaixo da média esperada, alunos faltosos e outros assuntos relacionados aos alunos, bem como formas de serem retomados os conteúdos para que ocorra uma aprendizagem eficaz e significativa para que o aluno possa manter-se na escola com sucesso.

Vale lembrar que, o fracasso escolar não depende apenas dos alunos e que o baixo índice de apreensão dos conteúdos não pode ser creditado à ausência de cooperação das famílias. É urgente interagir com o ambiente social, dirimir incertezas acerca do ato educativo e reorganizar o trabalho pedagógico, a fim de adquirir segurança e melhorar a qualidade de ensino. E essa tarefa depende do comprometimento e da tomada de decisões dos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem, isto é, os docentes, técnicos pedagógicos e gestores da instituição escolar. É preciso ter clareza a respeito da finalidade da escola e qual o perfil do aluno que queremos formar, quais as prioridades em relação à aprendizagem que almejamos e como reinterpretar as atuais práticas avaliativas objetivando valorizar o aluno e seu saber anterior.

Oliveira e Schwartzman (2003, p. 110), afirmam que “a avaliação objetiva – interna ou externa – traria informações úteis, em tempo oportuno, para recuperar os alunos ou rever os programas de ensino”. A questão básica é esta, ao entender a importância da avaliação e unir esforços em um trabalho conjunto, no sentido de torná-la mais efetiva, através da estruturação de critérios válidos e justos e da seleção de instrumentos adequados aos conteúdos que se deseja avaliar, em tempo hábil, sem procrastinar, seria

possível realizar recuperação de conteúdos para os alunos com menor rendimento em virtude da não apropriação dos conteúdos mínimos exigidos por uma determinada disciplina escolar e, por conseguinte, reorganizar os planos de trabalho docente. Assim será possível ir de encontro a um ensino de qualidade, calcado em atividades relevantes para a aprendizagem, aliadas ao bom uso do tempo na escola para garantir o sucesso acadêmico dos alunos.

E pensar em avaliação remete, obrigatoriamente, a pensar que esta deve constituir-se em mecanismo por intermédio do qual o professor possa saber se houve, e em que medida houve, a efetiva apropriação do conhecimento pelo aluno, se esse conhecimento tem significado e está vinculado à realidade. É possível, ainda que, o docente tenha condição de reconhecer se as opções metodológicas utilizadas foram adequadas, evidenciando também, em que medida as relações pedagógicas contribuíram para o processo de aprendizagem e possam servir de base para o planejamento ou replanejamento do trabalho docente. Romão (2008, p. 8) destaca que “não podemos desistir de lutar pela construção de uma escola de qualidade para todos, só porque existem limites. Os limites existem para serem superados. Eles não devem ser vistos como obstáculos intransponíveis, mas como desafios a serem enfrentados. O tempo do limite é o mesmo da possibilidade”. Temos que mudar a forma de avaliação, não se justifica uma avaliação com o objetivo de punir o aluno, como um procedimento burocrático, disciplinar, avaliando o que os discentes não sabem. Temos que mudar nossa forma de avaliação, no atual contexto de transformações na área educacional.

Numa formação social em que a desigualdade e, no limite, a exclusão constituem sua principal tendência estrutural, a avaliação tende, também estruturalmente, a adotar a lógica do exame, do julgamento, da exclusão. É que a cada canal de ascensão social ela tende a criar um critério de discriminação correspondente, que anula as possibilidades criadas por aquele canal. Na verdade, os critérios de discriminação social funcionam como vasos constritores dos canais de ascensão social criados em sociedades estratificadas verticalmente. Na sua racionalidade seletiva, a avaliação educacional funciona como controle que, de certa forma, impõe barreiras nos

canais de inclusão, formalmente abertos a todos (ROMÃO, 2008, p.143).

O Brasil apresentou acentuada melhoria em alguns índices educacionais nas décadas finais do século passado, havendo uma avaliação positiva dos indicadores das taxas de analfabetismo, acréscimo também das matrículas em todos os níveis de escolaridade e crescimento gradativo da escolaridade média de nossa população, conforme afirmativa de Castro (1998). Porém, continuam até hoje os desafios educacionais a serem vencidos a fim de serem suplantados os atuais déficits pedagógicos e educacionais. Em relação à quantidade, o sistema educacional encontra-se em escalas razoavelmente satisfatórias se comparadas aos índices internacionais, contudo nas questões de qualidade e equidade, a situação continua precária. São muitas as dificuldades que impedem a escola de exercer sua verdadeira função. Volto a citar Castro (1998) para afirmar que a superação do analfabetismo deverá ser a primeira etapa vencida para se conquistar a possível integração do sistema educacional capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, haja vista a redução das taxas de analfabetismo em todas as faixas etárias, através da utilização de políticas públicas focalizadas.

A realidade do trabalho nas escolas, segundo dados obtidos em enquete realizada pela Fundação Victor Civita e o Ministério da Educação (MEC) e divulgados pela Revista Nova Escola (2008, p. 8) pode ser assim observada. Tendo como questionamento qual seria o maior desafio a ser enfrentado, as respostas foram:

- Desmotivação do corpo docente – 26%;
- Falta de envolvimento da família – 22%;
- Deficiência na formação de professores – 14%;
- Escassez de recursos financeiros – 14%;
- Gestão de recursos humanos – 14%;
- Indisciplina dos alunos – 13%;
- Desmotivação/desinteresse dos alunos – 12% e;
- Violência – 11%.

Toda essa problemática interfere na aprendizagem e, conseqüentemente, repercute nos testes de avaliação realizados em nosso país. Assim, os baixos indicadores que as provas nacionais e internacionais revelam, demonstram que não é possível responsabilizar apenas docentes e alunos pelo fracasso escolar. As metas educacionais devem ser buscadas e compartilhadas por toda a comunidade escolar.

No decorrer da trajetória educacional brasileira o sistema de avaliação passou por inúmeras transformações, assim como os demais setores que compõem a sociedade. Segundo Oliveira e Schwartzman (2003), a partir da década de 1990, o Brasil adotou, a exemplo de outros países, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicados aos estudantes da 4ª série, 8ª série e concluintes do ensino médio. O Saeb é um sistema criado para avaliar diferentes níveis da educação básica, em que os alunos realizam partes diferenciadas das provas, posteriormente organizadas em dados estatísticos. Ainda segundo os autores, a Prova Brasil é aplicada de forma individual a cada educando. Avaliações como a Prova Brasil possibilitam efetuar o planejamento e também o aperfeiçoamento das redes de ensino e das escolas.

Consideramos as avaliações muito importantes porque além de orientarem o ensino, podem integrar-se ao processo de aprendizagem, porém as provas que medem a qualidade da educação brasileira nem sempre têm sua função bem interpretada, uma vez que muitas pessoas ignoram os motivos pelos quais são realizadas determinadas avaliações e acreditam que elas possuem um fim em si mesmas. As avaliações constituem uma forma de confirmar o trabalho educacional que está sendo realizado e devem ser encaradas como recursos para melhorar a qualidade de ensino no país, pois os insucessos colocam em questão a própria instituição escolar.

As avaliações são procedimentos rotineiros nos diversos âmbitos das formações sociais contemporâneas. Os quadros administrativos e operacionais da escola, os professores e os alunos devem estar imbuídos da importância destes sistemas periódicos de avaliação. Apenas com um programa constante e bem direcionado (em termos de metas e etapas) de avaliação será possível calibrar as políticas públicas brasileiras para atingir seus objetivos - de longo prazo - de melhoria dos nossos padrões educacionais.

Uma das mais importantes medidas para iniciar a melhoria da educação no Brasil, e reverter o fracasso escolar que se encontra intimamente atrelado à precariedade do ensino de nossas escolas, consiste em estabelecer uma cultura de avaliação para aferir a qualidade do ensino nas escolas das redes públicas e particulares e o aprendizado de crianças e jovens. Com provas periódicas, a exemplo do Saeb, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Prova Brasil e Provinha Brasil, é possível conhecermos os avanços e deficiências dos sistemas educacionais e, o mais importante, atuarmos sobre eles.

O Saeb foi aplicado nas escolas brasileiras, por amostragem, em 2003, entre a 4ª e 8ª série do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio, para aproximadamente 300 mil estudantes das redes pública e privada, segundo fontes do MEC/INEP (REVISTA NOVA ESCOLA, 2008). Os resultados, divulgados pelo Saeb após a avaliação realizada em 2003, demonstraram que 59% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental não possuíam habilidades e competências elementares de leitura e 52% apresentavam deficiências graves na disciplina de Matemática. Na avaliação do ensino médio, 1,8% dos alunos do 3º ano apresentaram bom desempenho em Língua Portuguesa, mas somente no Estado de São Paulo.

Referir-se à avaliação da aprendizagem significa uma alusão a todo o conjunto de procedimentos elaborados a partir das questões postas na avaliação. Os resultados aferidos indicarão os ajustes futuros no planejamento das políticas públicas (nacionais, estaduais e municipais) do setor.

O Ministério da Educação (MEC) instituiu um indicador do Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), obtidos em provas nacionais, com a finalidade de reunir e expressar dados relacionados à aprendizagem como os de aprovação, reprovação e evasão, medidos pelo Censo Escolar. Sempre que os resultados das avaliações nacionais são divulgados, professores e alguns segmentos da sociedade são tomados pela preocupação, mas quase nada é feito, em termos sistemáticos, envolvendo sociedade civil e Estado, para melhorar esses dados. Referir-se à avaliação da aprendizagem significa uma alusão a todo o conjunto de procedimentos, a partir da elaboração das questões a serem avaliadas caminhando para a análise dos resultados aferidos.

A avaliação da aprendizagem escolar é objeto de inúmeras pesquisas e abordagens, com base em diferentes enfoques. Quando pensamos em avaliação, logo nos remetemos à qualidade do ensino e, diante da frágil qualidade da educação brasileira, tanto pública quanto privada, torna-se urgente rever a atual capacidade das escolas em transferir conhecimentos com eficiência aos seus alunos e à formação docente. É preciso, urgentemente, promover uma articulação entre governos, universidade e sociedade civil para o estabelecimento de políticas educacionais capazes de garantir uma escola de qualidade para todos.

Do ponto de vista educacional da escola, a forma como a avaliação é entendida por docentes e pedagogos, incide diretamente nas percepções que os alunos possuem si mesmos, sobre suas atitudes em relação à escola e também em relação ao ato educativo. Refletir acerca das funções da avaliação durante o processo de ensino e aprendizagem remete-nos ao objetivo da avaliação que é colaborar com os docentes para que estes compreendam o que os alunos sabem e possam tomar decisões adequadas a respeito da melhoria do processo educacional. Todas as questões que se relacionam ao fazer pedagógico devem ser objeto de reflexão por parte de professores e demais envolvidos com a educação, sempre tendo por base os fatores internos e externos à instituição escolar.

Embora a avaliação seja parte do processo de ensino e fundamental para redirecionar as práticas pedagógicas, é preciso pensar nos riscos que o país corre ao transpor modelos avaliativos oriundos de países desenvolvidos para a nossa realidade desconsiderando que nos falta infra-estrutura para um ensino de melhor qualidade, pois atuamos em condições precárias na maioria das escolas, principalmente nas instituições públicas.

Segundo Luckesi (1997), a avaliação da aprendizagem acontece após um determinado período de aulas e/ou atividades desenvolvidas pelos alunos. Os professores formulam provas ou outros instrumentos de avaliação para serem realizados pelos alunos, a fim de que estes possam expressar o nível de compreensão dos conteúdos ensinados. Trata-se de uma avaliação apenas quantitativa. Desta forma, a aprovação ou reprovação, ao final do ano letivo, está condicionada a conceitos ou notas que os alunos obtiveram no decorrer da realização das atividades, organizadas a partir de médias aritméticas ou

médias ponderadas. O propósito deste processo é auxiliar os docentes a entenderem melhor o que os alunos sabem, a fim de tomarem decisões significativas sobre o andamento do ensino e da aprendizagem. A compreensão de que a avaliação integra esse processo faz com que o debate sobre este tema nunca se esgote. Por outro lado, existem inúmeros instrumentos de avaliação e, normalmente, são utilizados de maneira inadequada e sem critérios definidos, fazendo com que o processo avaliativo seja intuitivo e não compreendido como um referencial que deve ser estabelecido previamente.

Em diferentes momentos históricos os exames e avaliações escolares sofreram transformações, desde instrumento para garantir a disciplina nas escolas, até como forma de classificar as pessoas como aptas ou não aptas para exercerem determinadas funções sociais ou profissionais. Percebe-se no cotidiano escolar que a avaliação não consegue, por si só, resolver problemas advindos de outras instâncias sociais. Ela deve integrar o processo pedagógico e se constituir em um instrumento capaz de efetuar melhorias no fazer pedagógico. A simples atribuição de notas não significa uma real certificação do conhecimento, já que as notas nem sempre refletem a qualidade do ensino e tampouco a efetiva aprendizagem dos alunos.

Para que a avaliação cumpra seu verdadeiro papel e possa integrar o processo de ensino e aprendizagem é essencial a compreensão das variáveis que causam interferência nos processos avaliativos. É comum os docentes não definirem com clareza, em seus planos de trabalho, como se dará a avaliação e quais os critérios e instrumentos que serão utilizados. Isso leva a uma avaliação antidemocrática, unilateral e controladora dos alunos. A prática avaliativa não deve ser arbitrária e tampouco autoritária, pois correrá o risco de impedir o crescimento do aluno, ao transformar qualidade em dados quantitativos. Ela deve ser utilizada com o objetivo de possibilitar o avanço significativo do aluno em relação ao conhecimento e não simplesmente enquanto instrumento de classificação. Avaliar é uma ação intencional e contribui para ajudar a constituir as qualidades ditas humanas do homem em conjunto com os modelos preconizados de ética. A sustentação de ações políticas e públicas de um indivíduo, dentro de um quadro ético, é condição básica do planejamento de um modelo de ensino e avaliação (PARO, 2001).

Segundo Romão (2008, p. 133), “a avaliação pode funcionar como diagnóstico ou como exame; como pesquisa ou como classificação, como instrumento de inclusão ou de exclusão; como canal de ascensão ou como critério de discriminação”. Ainda conforme o autor, a avaliação traz, em seu âmago, uma dimensão que classifica, seja na comparação do desempenho de uma pessoa ou de uma determinada instituição.

A avaliação deve ser um desafio cotidiano da prática pedagógica, partindo da realidade e a ela retornar para transformá-la, pois, se não realizar esse processo, não pode ser encarada como tal. Sua razão de ser terá deixado de existir. Sendo assim, a avaliação deve ser realizada de maneira a garantir o acesso, por parte do aluno, ao conhecimento e avaliá-lo no decorrer do processo de apreensão desse saber sistematizado, na tentativa de vincular a avaliação ao processo de aprendizagem, tornando-a um elemento articulador desse processo. “A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade” (LUCKESI, 1997, p. 166).

Deste modo, a avaliação não deve ser utilizada como um recurso para impor autoridade, comandando os destinos do aluno, mas sim para colaborar para o crescimento desse aluno e seu sucesso na vida escolar. É importante realizar uma reflexão acerca do papel desempenhado pela avaliação no decorrer do processo de ensino e aprendizagem para tornar a aprendizagem significativa para os alunos, enquanto integrante do processo de ensino. Ainda sobre essa questão, um aspecto preponderante refere-se à análise das ações propostas no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, no Plano de Trabalho Docente e nos demais documentos que sistematizam o fazer pedagógico da escola. De um modo geral, as propostas deste conjunto de planos e projetos têm como meta propor intervenções para a melhoria do ensino, para que a escola desempenhe sua tarefa de garantir aos alunos a apropriação do conhecimento científico, humano e artístico da tradição cultural ocidental, principalmente.

A sociedade contemporânea exige a escolarização de todos os cidadãos, uma vez que esta civilização determina que, para ter acesso, ainda

que de forma mediana, aos bens e serviços construídos pela sociedade, as pessoas precisam também da escolarização. Sem escolarização o indivíduo não terá a devida competência no manejo e acesso aos bens tecnificados e aos protocolos de condução diária no mundo da vida — Internet, ingresso no complexo mundo econômico da globalização, por exemplo — em constante mudança.

As reformas que estão sendo implantadas em todos os países do mundo visam realizar a adequação do sistema de ensino às transformações sociais e econômicas. A grande preocupação é com a melhoria qualitativa do ensino ofertado nas escolas sejam elas públicas ou particulares

Atualmente, inúmeras e significativas transformações podem ser observadas nos diferentes segmentos sociais, em âmbito cultural, científico, tecnológico, político, cultural e social. Essas mudanças, como não poderiam deixar de ser, interferem no contexto sociocultural e ocasionam reflexos no interior das instituições escolares.

Não é suficiente avaliar a escola somente pelos níveis de sua produção e em função de aferições do desempenho intelectual dos educandos através da aplicação de provas e exames, uma vez que “os resultados da aprendizagem dizem respeito não só à dimensão cognitiva mas, também, às dimensões afetivas, estética, ética, física” (LIBÂNEO, 2004, p. 64). Assim, todos os processos organizacionais da escola, incluindo-se nestes a avaliação, constituem meios e não fins para a promoção da qualidade.

Oliveira e Schwartzman (2003), afirmam que, a exemplo de outras organizações, as escolas interagem com o ambiente e, por receberem informações e recursos dos ambientes com os quais se relacionam, efetuam a devolução de seus produtos, serviços e resultados, recebendo, em contrapartida, reconhecimento, lucro e também novos recursos. Assim, nessa interatividade com o ambiente, as organizações e as escolas constantemente possuem incertezas acerca de seus fins e de meios eficazes para alcançá-los e atingir o sucesso esperado. Ainda segundo os autores citados, a escola pública possui, em seu interior, práticas muito semelhantes, evidenciando uma multiplicidade de eventos desconectados uns dos outros, o que compromete a qualidade do trabalho realizado em seu interior. Mais que a direção da escola, é o ambiente externo que sugere as principais linhas de força na rotina diária

da vida escolar. Aspectos externos à escola criam e fortalecem a desvinculação entre as ações postas em prática, não havendo cobrança de resultados embora a ênfase recaia nos instrumentos formais de organização da prática pedagógica que costumam ser utilizados de forma independente e isolada.

Compreender a escola enquanto instituição social, que tem a função de democratizar os conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade, constitui-se em um espaço mediador entre o sujeito e a sociedade. Porém, se compreendermos que, “numa formação social em que a desigualdade e, no limite, a exclusão constituem sua principal tendência estrutural, a avaliação tende, também estruturalmente, a adotar a lógica dos exames, do julgamento, da exclusão” (ROMÃO, 2008, p. 143).

O foco da escola atual deveria ser o de humanizar, formando cidadãos críticos e capazes de propor mudanças sociais. Em função disso, os conteúdos a serem transmitidos pela escola, devem ser avaliados de maneira coerente e democrática, sob risco de cair na arbitrariedade e, em vez de qualificar os alunos, acabe por excluí-los do processo de ensino. Sob essa perspectiva, a avaliação apresenta-se como uma forma de observar se a atividade pedagógica que o professor selecionou para os alunos, possibilitou a eles a efetivação da atividade de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem escolar possui dois papéis de suma importância. De acordo com Luckesi (1997), um deles é auxiliar o aluno em seu processo de desenvolvimento em âmbito pessoal, no sentido de ajudá-lo na aprendizagem de conteúdos significativos e que servirão de suporte ao seu processo de constituição de si mesmo enquanto sujeito histórico e como cidadão. É necessário ter a clareza da aferição da aprendizagem como um processo de compreensão dos sucessos e dificuldades que os alunos encontram no alcance dos objetivos propostos nos Planos de Trabalho Docente.

O reconhecimento de que a função ontológica da avaliação deve ser sempre considerada, face ao seu caráter diagnóstico, é fator primordial em se tratando do processo avaliativo, uma vez que esta se constitui em importante função da avaliação da aprendizagem escolar.

Conclusão

Para ser eficaz, a escola deve possuir clareza sobre o papel social que desempenha e também com seu compromisso em relação à educação. Para efetivamente cumprir sua tarefa, de ensinar, que é o que se espera da escola, é fundamental que a comunidade escolar tenha uma visão realista de como cumprir metas que se remetem ao desempenho acadêmico, porém compatíveis com os recursos físicos, materiais e humanos de que dispõe.

Sob o ponto de vista de dirigir a escola na perspectiva de uma gestão democrática e participativa, medidas isoladas e improvisadas devem ser abolidas, já que estas sempre se revelam ineficazes e conduzem a expectativas irreais. Faz-se necessário o comprometimento da comunidade escolar, amparado pela conexão entre finalidades e estratégias para alcançar a metas estabelecidas coletivamente.

A responsabilidade tem que ser assumida por todos, sob pena de continuarmos com uma escola cujo desempenho acadêmico está muito distante do esperado, de nada adiantam idéias, se as iniciativas frustram-se antes mesmo de serem colocadas em prática, sempre sendo deixadas para depois, postergadas infinitamente. Há que atentar para o auto-diagnóstico, buscando definir prioridades básicas para se obterem resultados satisfatórios na aprendizagem de nossos alunos. A escola deve estruturar-se melhor, a partir de seu interior, buscando detectar situações que afetam negativamente a prática cotidiana, o desempenho docente, a participação dos educandos.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96*. Conselho Nacional de Educação, 1996.

CASTRO, Maria Helena G. *Um modelo para a educação do século XXI*. São Paulo: José Olympio, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 2005.

GURGEL, Thais. A chave é o aprendizado. *Revista Nova Escola*. São Paulo: Editora Abril, nº. 214, p. 84-86, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e SCHWARTZMAN, Simon. *A Escola vista por dentro*. Belo Horizonte: Alfa Educativa, 2003.

PARO, Vitor H. *Reprovação escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

PÁTIO. *Revista Pedagógica*. ANO XIII, Número 50, Maio/Julho, 2009.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Editora Abril, nº. 214, p. 84-86, 2008.

ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.